

CADERNOS DA



fceca

PUCCAMP

V. 2 Nº 1 1993

CADERNOS DA FCECA

Diretor Responsável: Prof. José Geraldo Souza Carreira

Editores Responsáveis: Prof. José Homero Adabo e
Profª Dalva Maria Bertoni Bedone

Conselho Editorial

Prof. Antonio Marcos Favarin
Profª Cynthia Figueiredo Vasconcellos Corrêa
Prof. Fernão Pompêo de Camargo Neto
Prof. Jorge Américo Silva Machado
Prof. José Eduardo Rodrigues de Sousa
Prof. Mário Presente

Revisão

Profª Terezinha da Conceição Vitti Favarin

Divulgação

Maria Augusta Amaecing Langbeck

Tiragem

6.000 exemplares

Direitos e Permissão de Divulgação

As matérias assinadas são de total e exclusiva responsabilidade dos autores. Todos os direitos reservados à FCECA-PUCCAMP.

É permitida a reprodução de qualquer matéria, desde que citada a fonte.

Caixa Postal 317 - Campus I - FCECA - PUCCAMP
Campinas - SP
CEP: 13020-904
Telefone: (0192) 52-0899 - Ramal 299

Editoração Eletrônica: Graffos - Tel.: (0192) 42-2843

Capa: Aniger Duarte

Impressão: Departamento de Composição e Gráfica da PUCCAMP.

cadernos da fceca

V. 2, N. 1, JAN./JUN. DE 1993

Publicação semestral da Faculdade de Ciências Econômicas, Contábeis e Administrativas da
Pontifícia Universidade Católica de Campinas
FCECA - PUCCAMP

SUMÁRIO

Editorial 3

ARTIGOS

Fontes de indicadores sociais para marketing

Paulo de Martino Jannuzzi 5

A instabilidade das economias capitalistas vista por Schumpeter

Fernão Pompêo de Camargo Neto 13

Duas observações sobre a acumulação de capital em Marx

Raimundo de Souza Leal Filho 19

O processo de terceirização na indústria

Flávio Marcílio Rabelo 25

EDITORIAL

A descentralização do processo industrial, por meio da terceirização vem avançando no Brasil, nos últimos anos, a exemplo de outros países. A crise mundial dos anos sessentas colocou em evidência os limites de um sistema de produção em massa, ganhando corpo a hipótese de que a descentralização da atividade produtiva, baseada em novas tecnologias, pudesse garantir maior flexibilidade e levar a uma recuperação econômica.

O funcionamento das economias capitalistas sempre foi objetivo de investigação da ciência econômica. O referencial teórico marxista se constitui num importante instrumento de análise, sobretudo, em se tratando da discussão dos efeitos das crises sobre a classe trabalhadora.

O processo de inovação tecnológica, como fonte do desenvolvimento econômico, encontra nas economias capitalistas algumas barreiras. O crédito e a própria dinâmica destas economias podem se constituir numa limitante ao processo de inovação. A análise schumpeteriana permite entender a instabilidade destas economias e explicar as fases dos ciclos econômicos.

CADERNOS DA FCECA, neste seu segundo número, coloca estes assuntos aos seus leitores, através dos artigos O PROCESSO DE TERCEIRIZAÇÃO NA INDÚSTRIA, DUAS OBSERVAÇÕES SOBRE A ACUMULAÇÃO DE CAPITAL EM MARX e A INSTABILIDADE DAS ECONOMIAS CAPITALISTAS VISTA POR SCHUMPE-TER. Os temas são abordados de maneira clara e objetiva, sem contudo, fugir ao rigor que a questão requer. Muito embora de origem econômica, estas questões são do interesse de estudiosos de outras áreas, tais como: administração de empresas, ciências políticas, filosofia, etc.

A procura por fontes estatísticas para construção de indicadores econômicos e sociais necessários à investigação de marketing, assume importância fundamental aos estudos da área.

Através do artigo FONTES DE INDICADORES SOCIAIS PARA MARKETING, são discutidas as várias fontes disponíveis, com uma análise crítica individualizada dos dados. Pela sua abrangência, constitui-se num importante subsídio aos estudos de mercadologia.

Assim, espera-se que CADERNOS DA FCECA, possa contribuir para o enriquecimento da discussão sobre estes temas.

FONTES DE INDICADORES SOCIAIS PARA MARKETING

Paulo de Martino Jannuzzi¹

1 - INTRODUÇÃO

A identificação do mercado consumidor de um determinado produto ou serviço e a investigação detalhada acerca de suas características são atividades básicas e preliminares de qualquer programa de Marketing. Afinal, não há como definir, com alguma base técnica, estratégias para atingir e estimular os consumidores sem que se saiba quem são, quantos são e como são estes consumidores.

Para análise das características e potencialidades do mercado consumidor, Cobra (1990) aponta a utilização de dois recursos principais: as pesquisas de mercado e o SIM-Sistema de Informação em Marketing. Ainda que os levantamentos de campo tenham se disseminado nos meios políticos e empresariais brasileiros, especialmente a partir dos anos 70 (Durant 1991), a coleta de dados secundários -ponto de partida para constituição de um SIM- parece ser a prática mais comum quando se precisa "conhecer o mercado".

Dentre estes dados secundários, destacam-se, para o Marketing, os indicadores sociais coletados ou produzidos por órgãos dos diversos níveis do Estado. E é com o objetivo de relacionar algumas fontes periódicas onde podem ser encontradas estas estatísticas sociais e discutir seus problemas de validação e aplicação que se apresenta este texto. Embora o trabalho tenha se dirigido na identificação de fontes de abrangência nacional, procurou-se trazer algumas referências locais e estaduais.

2 - FONTES DE INDICADORES SOCIAIS

Para Carley (1985), há uma produção relativamente abundante e diversificada de informações sociais no Brasil. Além dos Censos Demográficos, há diversas pesquisas periódicas, com maior ou menor abrangência geográfica, sendo executadas por organismos em diferentes esferas de governo.

As publicações dos censos decenais são, certamente, as fontes mais conhecidas e utilizadas no Planejamento de Marketing, pela cobertura temática e geográfica da pesquisa. Trazem informações sobre as características demográficas da população (quantitativo populacional por sexo e faixa etária, migração, nupcialidade, fecundidade, tamanho de famílias, etc), características sócio-econômicas (rendimento, posse de bens de consumo, situação de trabalho,

1 Professor do Departamento de Administração da Faculdade de Ciências Econômicas, Contábeis e Administrativas da Pontifícia Universidade Católica de Campinas - FCECA/PUCCAMP. Mestrando em Administração Pública na EAESP/FGV.

ocupação, qualificação profissional, escolaridade, etc) e características dos domicílios particulares (composição material, número de cômodos, dormitórios, banheiros, formas de ligação de água e esgoto, etc). Como resultado da participação de setores organizados da sociedade civil (entre eles a ABA/ABIPEME) e da necessidade de novas informações para planejamento público, essa temática investigativa vem sendo ampliada desde 1940, adquirindo uma certa estabilidade nos anos 70.

Além da abrangência temática, um outro aspecto que torna o Censo uma fonte de grande utilidade para atividades de Marketing é sua cobertura nacional. Por definição, os recenseamentos cobrem a totalidade do território e fornecem dados desagregados a nível de Grandes Regiões, Unidades de Federação, Meso e Micro-regiões, Municípios, Distritos e até mesmo a nível de setor censitário (unidade geográfica de coleta que, na zona urbana, compreende cerca de 300 domicílios ou uma favela). Isso abre a possibilidade de formulação de programas de Marketing com nível de detalhamento e alcance bastante variados e de proporções adequadas ao tamanho, volume de negócios, abrangência geográfica e objetivos estratégicos das empresas.

A PNAD- Pesquisa Anual por Amostra de Domicílios- implementada em 1967 para permitir o acompanhamento sistemático do quadro sócio-econômico e padrão demográfico no período inter-censitário, é outra fonte bastante consultada em Marketing. O questionário da pesquisa compõe-se de quesitos invariáveis (dados demográficos, remuneração, ocupação e escolaridade da força de trabalho, características dos domicílios, etc) e de um formulário suplementar, com questões relacionadas ao tema-alvo escolhido para o ano (fecundidade, migração, saúde, participação política, etc). De especial interesse mercadológico, vale registrar que, em 1974, a PNAD desdobrou-se em uma pesquisa mais abrangente, o ENDEF- Estudo Nacional de Despesa Familiar. Este estudo visava o levantamento de dados sobre a distribuição do gasto familiar em alimentação, habitação, transporte, serviços pessoais, vestuário, etc. Em 1987, um levantamento similar, POF- Pesquisa de Orçamentos Familiares-, foi levado a efeito nas principais capitais estaduais. Ainda que não abranja municípios com grande potencial de consumo como Campinas, Santos, Ribeirão Preto, Juiz de Fora, e que alguns resultados possam ter-se modificado devido à recessão de 90/91, a POF continua sendo a principal e mais completa referência pública na área.

Não fossem as limitações de seu plano amostral, a PNAD se constituiria na principal fonte para o SIM, por trazer informações anualmente atualizadas. A amostragem e metodologia utilizada na pesquisa permitem a desagregação dos dados a nível de Grandes Regiões, Unidades de Federação e por Regiões Metropolitanas, mas não contemplam unidades geográficas menores como Municípios e Micro-regiões.

Existem ainda várias pesquisas setoriais que trazem indicadores sociais para o SIM, como os listados no Anexo. Anualmente o IBGE realiza os levantamentos de Registro Civil, da Assistência Médico-Sanitária e das Ocorrências Policiais, na totalidade dos municípios. O Ministério da Saúde agrega informações sobre nascimentos e óbitos, usando como entrada de dados boletins preenchidos nos hospitais. O Ministério do Trabalho organiza estatísticas sobre emprego e remuneração, a partir dos relatórios RAIS enviados pelas empresas. O MEC divulga sinopses sobre o Ensino Básico, Secundário e Superior. A Receita Federal divulga totalizações, a nível municipal, do total de contribuintes e valor arrecadado do Imposto de Renda de pessoas físicas e jurídicas. O TSE- Tribunal Superior Eleitoral publica periodicamente a relação

quantitativa de eleitores, alfabetizados ou não, nos municípios brasileiros. O INAMPS publica anuários com dados de atendimento nos hospitais conveniados.

Em âmbito estadual, o SEADE- Sistema Estadual de Análise de Dados- compila em um anuário as estatísticas produzidas pelos diversos órgãos e secretarias. A Coordenadoria de Assistência Hospitalar da Secretaria de Estado da Saúde levanta dados sobre o movimento de pacientes nos hospitais paulistas e das doenças diagnosticadas nos internamentos. A Secretaria da Educação publica anuários sobre a movimentação escolar: número de matrículas de 1º e 2º graus, taxa de reprovação e evasão, etc. Com periodicidade mensal, o convênio SEADE/DIEE-SE apresenta ainda indicadores sobre emprego e desemprego na região metropolitana de São Paulo.

Em Campinas, a A.C.I.C. publica mensalmente um resumo estatístico -Economia Campineira- com alguns indicadores, com ênfase no desempenho do Comércio, Indústria e Finanças locais.

3 - PROBLEMAS NO LEVANTAMENTO E UTILIZAÇÃO DAS INFORMAÇÕES

Com essa variada gama de fontes e de informações, um leigo poderia supor que seria simples e direto o levantamento das características e potencialidades do mercado consumidor ou de um segmento deste. Se estivéssemos no Primeiro Mundo, talvez isso fosse verdade. Mas estamos no Brasil, lidando com levantamentos estatísticos de qualidade e facilidades de consulta de padrão do Terceiro Mundo.

É bem verdade que a qualidade dos levantamentos estatísticos e registros administrativos vêm melhorando desde que foram implementados, mas ainda persistem alguns problemas de ordem metodológica e/ou operacional. Algumas pesquisas já alcançaram sua maioridade, como a PNAD. Mesmo assim, é oportuno lembrar que os resultados da PNAD precisam ser expandidos a partir de amostras, empregando-se para isso projeções de população. A qualidade das informações quantitativas estão, portanto, condicionadas à qualidade destas estimativas populacionais, que tendem a se tornar menos precisas à medida que se distancia da época de realização do Censo. Este é um problema que o IBGE vem procurando solucionar, com o emprego de uma nova metodologia para estimativa da população, a partir de dados do Cadastro de Eleitores do TSE.

O levantamento de estatísticas vitais e Registros Cíveis (nascimentos, mortes) apresentam certo grau de sub-registro, mais significativo nas regiões Norte e Nordeste que no Sul e Sudeste (Camarano 1990, Min. Saúde 1991). Em particular, para o Estado de São Paulo, a omissão de registros desta natureza é baixa (estima-se em 5 %). Quanto à RAIS, esta ainda não atinge a totalidade de seu universo de investigação, ainda que este tenha se ampliado bastante em relação à década de 70. Sua cobertura nas regiões Norte/Nordeste e no setor agropecuário é deficiente. Desde que se leve em consideração que a RAIS é uma fonte adequada para retratar as características da força de trabalho formalmente registrada, ela pode ser de grande valia, como demonstram Sabóia e Tolipan (1985) e IPARDES (1987).

Em geral, as estatísticas censitárias gozam de grande confiabilidade perante o público usuário. Mas os problemas de falta de cobertura e de erros de aplicação do questionário, noticiados na imprensa durante a coleta de dados do último censo, deveriam servir de alerta ao pesquisador (Cf. Isto é Senhor de 15/01/92). A realização de um Censo num país continental e populoso como o Brasil é uma operação bastante complexa, e se mal conduzida, pode

prejudicar a qualidade do levantamento. Problemas na distribuição de material, na formulação e organização do questionário, na alocação e transporte de recenseadores, na supervisão dos trabalhos de coleta e crítica dos questionários, na seleção e na contratação de pessoal qualificado e, em especial, deficiências do processo de treinamento são alguns dos fatores que podem ter consequências danosas nos resultados finais. Espera-se que a Pesquisa de Avaliação do Censo 1991 aponte as limitações do levantamento realizado.

Além dos questionamentos sobre a qualidade das informações, o usuário de estatísticas sociais enfrenta outros tipos de problemas como as descontinuidades das séries históricas, redefinições metodológicas de conceitos em prejuízo da comparabilidade, a falta de cobertura de algumas áreas geográficas e de temas sociais, impossibilidade de desagregação das informações para unidades geográficas menores, espaçamentos muito longos entre levantamentos e atrasos na divulgação dos resultados das pesquisas. Este último é, em particular, um problema grave para o Planejamento Mercadológico. Os resultados do Censo Econômico de 1985, por exemplo, só vieram a ser apresentados quase 5 anos depois. Hoje, há mais de um ano da conclusão do Censo Demográfico, não se dispõe de qualquer Tabulação Avançada- por amostragem- a respeito dos dados levantados, e pior, sem uma previsão fidedigna para isso. O único resultado que se tem hoje é um levantamento preliminar do total de habitantes e domicílios em cada cidade. Mas a demora na divulgação dos resultados não é um problema apenas do IBGE. Estatísticas de Mortalidade agrupadas pelo M. Saúde levam 3 a 4 anos para serem publicadas. O anuário RAIS leva cerca de 2 anos para se tornar público.

Para agravar as dificuldades do usuário de estatísticas sociais, grande parte das informações estatísticas não está disponível em meios magnéticos para computador, mas em anuários, listagens e outras publicações. Dos diversos organismos responsáveis pela coleta e tabulação de estatísticas, o IBGE é um dos poucos que oferecem facilidades informacionais. É possível solicitar tabulações especiais e fitas magnéticas com resultados das PNADs e amostras dos censos. Além disso, o IBGE dispõe de um recurso de consulta informatizado, franqueado ao pesquisador comum, em qualquer ponto do território através da RENPAC. Este recurso é o SIDRA- Sistema IBGE de Recuperação Automática- que, embora de fácil utilização e com opções de desagregação de informações em diversos níveis, apresenta um elenco limitado de temas de consulta.

4 - CONSIDERAÇÕES FINAIS

Algumas das publicações e anuários aqui citados não são encontradas facilmente, mas existem algumas bibliotecas bem aparelhadas em São Paulo, como a do SEADE, do IBGE e da FEA/USP. Todas elas contam com serviços de consulta bibliográfica por telefone, e empréstimo inter-bibliotecas. O SEADE dispõe ainda de um serviço de auxílio à recuperação de dados (CDR- Centro de Documentação e Referência), aberto à qualquer pesquisador. As agências e órgãos produtores ou centralizadores de estatísticas também podem ser contactados no caso de interesse pela aquisição de publicações ou tabulações específicas. O IBGE/RJ e o Ministério do Trabalho parecem contar com uma boa estrutura de atendimento para estes serviços. Em Campinas, há um bom material para consulta de estatísticas sociais nas bibliotecas da PUCCAMP, da UNICAMP (IFCH e IE), da agência do IBGE, do NEPO (Núcleo de Estudos de População-UNICAMP) e do NEPP (Núcleo de Estudos de Políticas Públicas-UNICAMP).

Procurou-se trazer aqui algumas das principais fontes públicas de indicadores sociais de interesse do Marketing. Este acervo poderá servir como material de consulta para trabalhos preliminares de identificação do tamanho e perfil de segmentos do mercado consumidor nacional, para atualização do SIM, para orientar a organização de uma pesquisa mercadológica específica e outras atividades em Marketing. Em qualquer destas atividades é importante que os resultados de cada pesquisa sejam interpretados à luz da metodologia empregada e das limitações operacionais associadas à pesquisa.

Por fim, vale acrescentar que muito mais importantes que o grau de precisão estatística com que os dados se apresentam "são as ordens de grandezas e, acima de tudo, tendências e direções" que eles sinalizam (Richers 1981,p.34).

BIBLIOGRAFIA

- Camarano, Ana Amélia. "Informações demográficas: o que se tem, o que se usa e como se usa?", in REV.BRAS.EST.POPULACIONAIS 7(2), Campinas, 1990.
- Carley, Michael. INDICADORES SOCIAIS: Teoria e Prática. RJ, Zahar, 1985.
- Cobra, Marcos. ADMINISTRAÇÃO DE MARKETING. SP, Atlas, 1990.
- Durant, José Carlos. IMPLANTAÇÃO DA PESQUISA DE OPINIÃO E MERCADO NO BRASIL (1930/1972). SP,NPP/EAESP/FGV,1991.
- IBGE. METODOLOGIA DO CENSO DEMOGRÁFICO DE 1980, RJ, IBGE, 1983.
- IPARDES/ Fundação Edison Vieira. AVALIAÇÃO DO ALCANCE E LIMITES DA RAIS E LEI 4923/65. Curitiba, IPARDES, 1987.
- Ministério da Saúde. ESTATÍSTICAS DA MORTALIDADE 1987. Brasília, FNS, 1991.
- Richers, Raimar. O QUE É MARKETING. SP, Brasiliense, 1981.
- Sabóia, João L.M e Tolipan, Ricardo M.L. . A RELAÇÃO ANUAL DE INFORMAÇÕES SOCIAIS (RAIS) E O MERCADO FORMAL DE TRABALHO NO BRASIL: Texto para discussão n.67. RJ, UFRJ/IEI, 1985.

Anexo: Principais fontes periódicas de estatísticas sociais

Fonte:Publicação	Tipo de Informação	Nível Desagregação
IBGE:		
Censos Demográficos	variáveis demográficas, sócio-econômicas, caract. domicílio	Grandes Regiões UF, Municípios

Anexo: Principais fontes periódicas de estatísticas sociais

<u>Fonte/Publicação</u>	<u>Tipo de Informação</u>	<u>Nível Desagregação</u>
PNADs	variáveis demográficas, sócio-econômicas, temas específicos	Grandes Regiões, UF, Reg. Metropol.
Estatísticas do Registro Civil	nascimentos, mortes, casamentos.	Grandes Regiões UF, Municípios
Estatísticas da Saúde	Tipos de estabel., número de consultas e internações, qte leitos	Grandes Regiões UF, Municípios
Anuário Estatístico do Brasil	resultados das PNADs, Censos e outras pesquisas periódicas	Grandes Regiões UF
<u>SEADE:</u>		
Anuário Estatístico do Estado de SP	variáveis demográficas, saneamento básico, estat. saúde, educação	R. Administrativas R. Governo Mun. (nem todas est)
Perfil municipal	séries históricas de indic. econ/soc/finanças	R. Administrativas R. Governo, Mun
<u>Ministério do Trabalho:</u>		
Anuário RAIS	estat. emprego e renda	Grandes Regiões UF
<u>Ministério da Saúde:</u>		
Estatísticas de mortalidade	qte. mortes por causa e faixa etária	Grandes Regiões UF
<u>Ministério da Fazenda:</u>		
Arrecadação de Tributos Federais	movimentação IR/IPI, n. contribuintes/ firmas	Reg. Fiscais, Delegacias, Mun.
<u>Ministério da Educação:</u>		
Sinopse do Ensino Superior, Básico	matrículas, formados, evasão, n. prof.	Grandes Regiões UF

Anexo: Principais fontes periódicas de estatísticas sociais

<u>Fonte:Publicação</u>	<u>Tipo de Informação</u>	<u>Nível Desagregação</u>
<u>INAMPS:</u>		
INAMPS em dados	mov. ambulatorial, internações	Superit.Regionais UF
<u>Tribunal Superior Eleitoral:</u>		
Cadastro de eleitores	N. eleitores, escolaridade	UF, Municípios
<u>Centro de Inf. Saúde/Secr.Est.Saúde:</u>		
Fichário próprio	estatísticas saúde, causa- mortis	Escrit.Regionais Municípios SP
<u>Centro de Inf. Educação/Secr.Est.Educação:</u>		
Anuário Estatístico da Educação do ESP	matrículas,taxas de evasão,reprovação, rec. humanos educ.	Delegacias Ensino Reg.Administrati- vas Municípios SP
<u>Revista Dirigente Municipal:</u>		
"Os 500 municípios mais desenvolvidos" (public. anual)	indicadores de infra- estrutura e finanças públicas	Municípios

A INSTABILIDADE DAS ECONOMIAS CAPITALISTAS VISTA POR SCHUMPETER

*Femão Pompêo de Camargo Neto*¹

Qualquer abordagem da visão de Schumpeter sobre a instabilidade nas economias capitalistas pressupõe que se leve em consideração uma construção auxiliar — por ele concebida para servir de apoio à formulação da sua pioneira teoria sobre o desenvolvimento econômico — que é o "fluxo circular", que, segundo Possas, se constitui no "pilar do sistema schumpeteriano"².

Trata-se o "fluxo circular" de um modelo de economia de mercado "em condições de reprodução econômica sem mudança estrutural de qualquer natureza"³, em que uma situação de equilíbrio estático — em moldes tipicamente walrasianos — impera, e na qual vigoram a propriedade privada, a divisão do trabalho e a livre concorrência, bem como existe ausência de incerteza quanto ao futuro, dadas as características rotineiras da atividade econômica. Assim sendo, na ausência de mudanças drásticas, caracteriza-se uma economia deste tipo pela continuidade.

No "fluxo circular" acima descrito, o comportamento dos agentes econômicos é, por hipótese, meramente adaptativo, ajustando-se ele a alterações contínuas, porém lentas e de alcance limitado, que ocorrem no que tange à população, ao nível de consumo, às preferências dos consumidores, à evolução da técnica, etc. A duração do "fluxo circular" será tão longa quanto se fizer necessário para que os agentes possam incorporar, em suas práticas rotineiras, os processos de mudança em curso. O tempo em Schumpeter é, pois, nestas circunstâncias, caracterizado pela ocorrência de sucessivas situações de equilíbrio walrasiano, implicando na existência de um processo de tentativa e erro típico daquilo que Sheila Dow conceitua como "tempo histórico"⁴.

Em síntese, o "fluxo circular" caracteriza-se por

- atividade rotineira (ausência de incerteza);

1 Professor Titular do Departamento de Economia da Faculdade de Ciências Econômicas, Contábeis e Administrativas da Pontifícia Universidade Católica de Campinas - FCECA/PUCCAMP. Doutorando em História Econômica do Instituto de Economia da UNICAMP.

2 Mario Luiz Possas, "A Dinâmica da Economia Capitalista: uma Abordagem Teórica", pg. 170

3 idem, pg. 180

4 cf. Sheila C. Dow, "Macroeconomic Thought: A Methodological Approach", pgs. 113 e 114

- ausência de mudanças fundamentais da economia;
- continuidade (como propriedade dinâmica fundamental).

Entretanto, o "fluxo circular", com a estabilidade a ele inerente, se constitui em apenas uma das etapas da dinâmica capitalista concebida por Schumpeter. Para ele, a dinâmica capitalista implica num processo contínuo de desenvolvimento, *cujá forma é cíclica*, de tal forma que se intercalem etapas de "fluxo circular" (rotina) com etapas de desenvolvimento (ruptura).

Para que se desencadeie o processo de desenvolvimento, faz-se necessária a intervenção de uma "força econômica" mais fundamental⁵, decorrente do acirramento da concorrência capitalista, que é a inovação. As inovações têm lugar no âmbito da produção e ocasionam a ruptura do equilíbrio estacionário, acarretando mudanças nos velhos sistemas produtivos e de circulação. Mudanças essas que implicam, via de regra, no estabelecimento de novas combinações dos fatores de produção existentes e em modificações nas funções de produção.

A introdução de transformações (inovações) no sistema econômico é, tipicamente, o que Schumpeter designa como "ato empresarial" (empreendimento), cujo executor ele chama "empresário". Empreendimento e empresário são fatos inerentes ao desenvolvimento, que inexistem no "fluxo circular". Na visão schumpeteriana, a incerteza só adquire relevância à medida que alguém se afasta da rotina. O empresário, ao tomar atitudes não rotineiras, assume riscos de incorrer em erros, e, portanto, convive com a incerteza.

A introdução de uma inovação implica, em geral, para Schumpeter, na constituição de novas firmas e na construção de novas fábricas, ou, pelo menos, numa transformação radical das velhas. Assim sendo, pela sua associação à constituição de novas firmas e à construção de novas fábricas, a inovação exige, geralmente, grandes gastos prévios ao aparecimento de quaisquer rendas, o que faz do crédito um elemento fundamental do processo. Financiar as inovações é, pois, para ele, função *essencial* do sistema creditício⁶.

Os efeitos econômicos da inovação — disruptivos do equilíbrio anteriormente reinante durante a etapa do "fluxo circular" — têm início a partir dos gastos resultantes do investimento.

Usando o poder de compra que adquire via crédito, o empresário investe na compra de meios de produção e na contratação de trabalhadores. Tendo em vista a existência, por hipótese, de pleno emprego, para deslocar esses fatores de produção das atividades em que estavam alocados, os empresários se dispõem a pagar maiores salários e maiores preços pelos bens de capital e intermediários, o que rompe o equilíbrio até então existente, provocando o aumento da produção de bens de produção e prejudicando a de bens de consumo. Por outro lado, a elevação dos salários gera uma expansão da massa salarial e o aumento dos preços dos bens de produção — ocasionado por desajustes entre a oferta e a demanda desses bens — acarreta a ocorrência de "windfall gains" entre os produtores de bens de produção. Estes

5 Joseph Schumpeter, "A Instabilidade do Capitalismo", pg. 175

6 cf. idem, pg. 183

fatos provocam, por parte de assalariados e capitalistas produtores de bens de produção, o incremento da demanda de bens de consumo, o que contribui para o aumento de seus preços, o que, aliás, é reforçado pela tendência à queda na produção desses bens. Como decorrência, os produtores de bens de consumo também se apropriarão de "windfall gains". De tudo isso resulta, como consequência, a manifestação de efeitos inflacionários generalizados, que têm como causa primeira a decisão de gastar — associada à decisão de inovar — que se manifesta no decurso do período de maturação dos investimentos.

Com o lançamento no mercado da produção resultante da inovação, a empresa inovadora terá lucros⁷ e suscitará a aparição, na sua esteira, de imitadores, na mesma linha de produtos ou em linhas similares. Com a proliferação dos imitadores, há uma tendência à redução dos lucros na área em que ocorreu a inovação. Decorre disso uma tendência de queda nos investimentos associados à inovação e, paralelamente, um aumento da produção de bens de consumo, o que conduz ao desaparecimento dos ganhos ocasionais ("windfall gains") e a um processo de deflação generalizado.

Durante o processo de adaptação dos agentes econômicos à nova situação da economia (recessão), torna-se, dado o ambiente de incerteza que dificulta o cálculo empresarial, muito difícil introduzir outras inovações⁸ e, ademais, há, face a instabilidade existente, uma crise de crédito, com os bancos enfrentando dificuldades de cobrança de créditos oferecidos, no passado, a imitadores retardatários e a especuladores que se deixaram entusiasmar pela ocorrência do "boom", e que se vêem, então, vitimados pelo processo de depuração da economia que se manifesta nas ocasiões de crise econômica.

Verifica-se, nessas condições, uma tendência inexorável da economia se dirigir rumo a uma nova posição de equilíbrio (caindo novamente nas atividades rotineiras típicas do "fluxo circular"), num novo patamar mais elevado de produção global.

Nesta abordagem, apresentada no Capítulo VI de "A Teoria do Desenvolvimento Econômico" (1912), o desenvolvimento se manifesta através de um ciclo econômico de duas fases: prosperidade e recessão.

Uma melhor caracterização do ciclo, na qual entretanto não há significativos avanços em relação à abordagem anterior, é oferecida por Schumpeter na "2a. aproximação" por ele apresentada em "*Business Cycles*" (1939).

Na "2a. aproximação", Schumpeter relaxa a hipótese de pleno emprego na situação de equilíbrio (o que poderia retardar a incidência das pressões inflacionárias ocasionadas pela alocação dos fatores de produção requeridos para a introdução da inovação) e apresenta, como novidade, uma "onda secundária" de decisões de gastos de investimento não associadas a inovações — desencadeadora de efeitos de certo modo correlatos aos que decorrem, na visão

7 O lucro se constitui no resultado, e até certo ponto no móvel, da introdução de inovações (cf. Mario Luiz Possas, op. cit., pg. 175). Para Schumpeter, lucro, juro e capital são conceitos próprios do desenvolvimento, inexistindo no estado de equilíbrio estacionário ("fluxo circular").

8 Para Schumpeter, por definição, nem na primeira fase (de inflação) nem na segunda (de deflação) surgem novas inovações. Elas só surgirão novamente quando deixar de existir a instabilidade.

keynesiana, do multiplicador e do acelerador — que ganha proporções até maiores que as da onda primária (inovação e seus efeitos diretos).

Esses investimentos desvinculados da inovação e da imitação, apesar de serem responsáveis pela criação de emprego e de renda, são vistos por Schumpeter como "bolhas especulativas", que só aumentam o número de empresas que estarão, posteriormente, condenadas à falência. Há, como "pano de fundo" para a formação da onda secundária, conforme seu ponto de vista, um contexto em que a especulação — por parte de investidores, banqueiros, etc. — é estimulada pela expectativa de que o ritmo de crescimento registrado por ocasião do "boom" possa ser prolongadamente mantido.

Na hora da economia passar da fase de "prosperidade" para a de "recessão", torna-se evidente toda a fragilidade da onda secundária. Manifesta-se, então, todo um conjunto de efeitos da especulação e de erros de avaliação — causados pela desinformação dos investidores — contidos no bojo da onda secundária, implicando em: necessidade de venda de ativos para liquidação de dívidas, quebra de empresas, ociosidade da capacidade produtiva instalada, desemprego de trabalhadores, queda na demanda de bens e serviços, etc. Dessa forma, a onda secundária contribui para agravar a instabilidade, criando turbulências que fazem com que a "recessão" se aprofunde numa "depressão", havendo, para que a economia retorne à sua posição tendencial de equilíbrio, a necessidade da ocorrência de uma 4a. fase, que é a de "recuperação".

Além das duas "aproximações" já discutidas — ciclos de duas e de quatro fases —, apresenta Schumpeter uma terceira, que admite a ocorrência de ciclos de periodicidades distintas, que se processariam simultaneamente, cada qual interferindo nos demais. Apoiando-se numa base experimental, distingue ele três tipos de ciclos: o longo, com periodicidade entre 50 e 60 anos, que é o Kondratieff; o médio, que é o de Juglar, cuja duração está entre 9 e 10 anos; e, finalmente, o ciclo de Kitchin, com duração em torno de 40 meses. Cada ciclo de Kondratieff conteria seis ciclos de Juglar e estes, por sua vez, comportariam três ciclos de Kitchin. Schumpeter deixa aberta a possibilidade de que os ciclos deste último tipo sejam meramente adaptativos⁹, enquanto os dos dois primeiros tipos poderiam ser considerados ciclos de inovações¹⁰.

Partindo-se das colocações já feitas sobre a concepção schumpeteriana da dinâmica das economias capitalistas, fica evidenciado que, para Schumpeter, é a inovação — "que — na ausência de impulsos ou distúrbios externos e mesmo de 'crescimento' — destruirá, *de dentro para fora e pelo simples funcionamento*, qualquer equilíbrio que possa ter se estabelecido ou que esteja em processo de estabelecer-se"¹¹ —, a causa fundamental da produção de

9 cf. Joseph A. Schumpeter, "Business Cycles", pg. 171

10 O Prof. Mário Luiz Possas (op. cit., pgs. 198 e 199), após justificar porque, para ele, a teoria do ciclo de Schumpeter "não se mantém de pé", admite, todavia, que, apesar dela não explicar satisfatoriamente a introdução de inovações, dela pode ser extraída uma teoria da "expansão a longo prazo" ou da "tendência", não necessariamente cíclica. Na nota de número 108, observa ele, ainda, que o próprio Schumpeter reconhece a impossibilidade de se atribuir uma periodicidade definida ao ciclo baseado em inovações; e acrescenta: "O que causa espanto é como, apesar disso, se arvora em postular três tipos de ciclos e com períodos mais ou menos definidos, quando seu esquema teórico não oferece a mínima sustentação para tanto".

11 Joseph A. Schumpeter, "A Instabilidade do Capitalismo", pg. 185

flutuações cíclicas que são, "em essência, a forma que o 'progresso' assume no capitalismo concorrencial"¹².

BIBLIOGRAFIA

- DOW, Sheila C., "*Macroeconomic Thought: A Methodological Approach*", Oxford, Basil Blackwell, 1985.
- KEYNES, John Maynard, "*A Teoria Geral do Emprego, do Juro e da Moeda*", São Paulo, Nova Cultural, 1988.
- POSSAS, Mario Luiz, "*A Dinâmica da Economia Capitalista: uma Abordagem Teórica*", São Paulo, Brasiliense, 1987.
- SCHUMPETER, Joseph A. (1912), "*Teoria do Desenvolvimento Econômico*", São Paulo, Abril Cultural, 1982.
- SCHUMPETER, Joseph A. (1928), "*A Instabilidade do Capitalismo*", in "*Literatura Econômica*", vol. 6, n.o 2, Março/Abril, 1984.
- SCHUMPETER, Joseph A. (1939), "*Business Cycles*", Philadelphia, Porcupine Press, 1982.

12 idem, pg. 186. Distinta da de Schumpeter é a visão de Keynes sobre a instabilidade, enquanto propriedade dinâmica de uma economia capitalista. Para Keynes, o determinante último da instabilidade é a incerteza — quanto ao comportamento dos concorrentes, fornecedores e clientes —, originada pelo caráter descentralizado das decisões dos agentes econômicos, as quais são interdependentes no tempo. A instabilidade tem lugar, na economia capitalista, pela ruptura do estado de confiança — que, por definição, é extremamente volátil — sob o qual são tomadas as decisões de investir, o que traz como decorrência flutuações no emprego e na renda.

DUAS OBSERVAÇÕES SOBRE A ACUMULAÇÃO DE CAPITAL EM MARX

*Raimundo de Souza Leal Filho*¹

Neste artigo, faremos uma breve exposição de algumas idéias elaboradas por K. Marx a respeito do funcionamento das economias capitalistas, num esforço que consideramos ser de grande relevância para a discussão dos efeitos do desenvolvimento tecnológico e das crises econômicas sobre a classe trabalhadora.

Obviamente, não temos a pretensão de realizar aqui uma análise exaustiva e rigorosa sobre a base teórica marxista que alimenta uma visão dinâmica dos processos de industrialização e de estruturação dos mercados de trabalho, mas tampouco procuraremos simplesmente precisar pontualmente conceitos e definições normalmente utilizados neste tipo de análise.

Pretendemos unicamente ressaltar os principais traços do argumento do próprio Marx sobre este tema, enquanto considerações comumente aceitas sobre o sentido mais geral do movimento de acumulação de capital.

1 - AUTONOMIA E PRIMAZIA DA ACUMULAÇÃO NA GRANDE INDÚSTRIA

No sentido indicado acima, podemos apontar, em primeiro lugar, a ênfase conferida por Marx à autodeterminação da dinâmica da acumulação proporcionada pela produção da grande indústria capitalista em relação aos movimentos gerados para o conjunto do sistema econômico.

Se consideramos, como nos parece adequado, o sistema econômico na acepção de um processo evolutivo, ou seja, uma estrutura em transformação, onde, portanto, formas arcaicas de produção herdadas de períodos anteriores convivem com a produção tipicamente capitalista, temos, como implicação desta primeira afirmação, que a dinâmica da acumulação fundada em relações de produção capitalistas independe do que acontece nos espaços econômicos ocupados por outras formas de produção e, mais ainda que se alguma relação houver entre estas distintas esferas, o sentido da determinação seria ditado pela dinâmica do "núcleo capitalista".

Vejamus melhor este ponto: em primeiro lugar, devemos observar que estas considerações estão referidas à análise marxista sobre o estabelecimento da moderna indústria capitalista,

1 Professor do Departamento de Economia da Faculdade de Ciências Econômicas, Contábeis e Administrativas da Pontifícia Universidade Católica de Campinas - FCECA/PUCCAMP. Mestrando em Economia do Instituto de Economia da UNICAMP. O autor agradece os comentários do Prof. Fernando Pompêo de Camargo Neto.

como o resultado lógico e histórico do desenvolvimento da cooperação e da divisão do trabalho associado à implantação prévia do sistema manufatureiro².

Se este, ao expandir e criar mercados, inclusive em escala mundial, permitiu a adequação do nível da demanda ao potencial de oferta da produção mecanizada, esta, por sua vez, passa a exigir, como condição necessária a seu livre desenvolvimento, a generalização da "produção de máquinas por meio de máquinas", momento a partir do qual a valorização do capital deixa de encontrar quaisquer obstáculos externos à sua lógica própria.

Ou seja, uma vez assentada numa base técnica que lhe é adequada, a expansão do capital somente se defronta com os limites que o próprio capital se impõe (os quais tomam a forma de ciclos industriais regulares: "uma sequência de períodos de vitalidade média, prosperidade, superprodução, crise e estagnação"³), dado que este se encontra livre de todo constrangimento que pudesse ser causado, por exemplo, pelo baixo grau de qualificação dos trabalhadores (especialmente no que se refere à produção de máquinas- ferramentas), ou mesmo por uma oferta insuficiente de força de trabalho⁴.

Mas, não apenas o movimento da acumulação é autônomo na grande indústria capitalista, quanto se lhe associa um enorme potencial de transformação do meio econômico e social no qual esta se encontra inserida. Assim, a industrialização iniciada com a mecanização da produção têxtil rapidamente se espalha aos ramos industriais conexos, atingindo, por fim, a própria base técnica da indústria moderna, "libertando"o capital ao mesmo tempo em que a forma capitalista de produção - fundada na relação social básica do assalariamento e no ininterrupto aprimoramento tecnológico, se impõe aos demais setores econômicos (agricultura, transportes, comunicações, etc.), impactando sobre toda estrutura social correspondente e compondo, afinal, o famoso painel que já havia sido esboçado no Manifesto de 1848, segundo o qual "tudo que é sólido desmancha no ar"⁵.

Se aceitamos o anterior, podemos então concluir que um determinado espaço econômico será tanto mais moderno quanto maior for a abrangência das formas capitalistas de produção e das relações sociais que lhe são apropriadas.

-
- 2 Veja-se a respeito, p. ex., LANDES, D.S.: *The Unbound Prometheus*, Cambridge, Cambridge Univ. Press, 1969, cap. 2. O próprio título, "Prometeu Libertado", já sugere a fantástica imagem da liberação irrefreada do capital e das forças produtivas que este submete a seu domínio. Veja-se, tb., o cap. 2 da tese de doutoramento do Prof. C. Alonso B. de Oliveira: *O Processo de Industrialização - Do Capitalismo Originário ao Atrasado*, IE/UNICAMP, mimeo.
 - 3 MARX, K.: *O Capital*, SP, Nova Cultural, 1985, Vol. II, p. 63.
 - 4 O que teria um equivalente numa economia atrasada: a auto-determinação do capital apenas se estabelece com a industrialização pesada, quando a disponibilidade de bens de capital rompe sua dependência com a capacidade do setor externo de gerar divisas para sua importação. Veja-se CARDOSO DE MELLO, J.M.: *O Capitalismo Tardio*, SP, Brasiliense, 1984, especialmente item I do capítulo II - A problemática da industrialização retardatária, p. 96-122.
 - 5 No *Manifesto Comunista*, o potencial revolucionário do desenvolvimento burguês associa-se a muito mais que a simples esfera da economia. Ali, as transformações trazidas pela burguesia põem em constante movimento as instituições, os valores e as crenças, produção artística, a população e as forças da natureza. Veja-se a respeito, p. ex., BERMAN, M.: *Tudo que é Sólido Desmancha no Ar*, SP Cia. das Letras, 1986, cap. 2.

2 - SUBORDINAÇÃO DINÂMICA DO TRABALHO AO CAPITAL

Uma vez esclarecida a idéia da auto-determinação do capital no que diz respeito à convivência com outras formas de produção em um mesmo espaço econômico, resta-nos ilustrar como Marx afirma sua supremacia com relação ao problema da disponibilidade de força de trabalho.

Este ponto tem por fundamento a crítica marxista à teoria clássica do ajuste populacional no mercado de trabalho, tal como exposta por Malthus e Ricardo, a qual previa que a demanda por trabalho poderia se elevar mais que proporcionalmente em relação ao aumento da população num momento de intensificação da acumulação de capital, tendo como resultado, no curto prazo, a expansão dos salários acima do custo de reprodução dos trabalhadores.

O mecanismo de ajuste deste desequilíbrio somente funcionaria a longo prazo, com a reprodução mais acelerada dos trabalhadores, viabilizada exatamente pelos altos salários, repondo a oferta de trabalho no nível adequado à acumulação de capital. No quadro desenhado pelos economistas clássicos, portanto, esta poderia eventualmente ser inibida por uma variável exógena ao sistema, qual seja, a dinâmica demográfica⁶.

Marx afirma, no entanto, que o elemento fundamental nesta questão é a introdução de progresso técnico pelos capitalistas, dado que seria impensável a auto-determinação do capital sem "a multiplicação dos trabalhadores independente do crescimento absoluto da população", ou seja, sem a existência de um excedente populacional liberado por "métodos que diminuem o número de trabalhadores em relação à produção aumentada".

Mas, se a concorrência inerente à sociedade capitalista impõe como regra geral o constante aperfeiçoamento dos métodos de produção; se a lei de valorização do capital em sua forma especificamente capitalista corresponde ao processo de produção de mais-valia relativa; se, enfim, a própria burguesia "não pode subsistir sem constantemente revolucionar os meios de produção"; o fato é que este processo tem como resultado a conformação de uma tendência estrutural de "transformar parte da população trabalhadora em braços desempregados ou semi-empregados"⁷.

Porém, os efeitos da acumulação sobre a classe trabalhadora são melhor visualizados se os considerarmos, na verdade, como uma sobreposição de determinações, tanto estruturais quanto conjunturais. Assim, por exemplo, a fase de expansão do ciclo econômico, acompanhada pelo desenvolvimento das forças produtivas do trabalho, pode implicar ou não em crescente

6 "Existe apenas um caso, e mesmo assim temporário, no qual a acumulação de capital, acompanhado por baixos preços dos alimentos, pode ser seguida por uma diminuição nos lucros; esse caso se verifica quando o fundo para a manutenção do trabalho aumenta muito mais rapidamente que a população", RICARDO, D.: *Princípios de Economia Política e Tributação*, SP, Nova Cultural, 1985. Este caso "temporário" seria corrigido pelo mecanismo do ajuste populacional, o que não se confunde com a tendência à estagnação causada pela elevação dos preços dos "bens-salário" resultante dos rendimentos decrescentes das terras marginais. Observa-se, ainda, que Ricardo identifica toda acumulação com a expansão do "fundo de manutenção do trabalho".

7 MARX, K.: *op.cit.*, p. 201.

absorção de mão-de-obra no mercado de trabalho, dependendo da intensidade com que se introduz progresso técnico⁸.

A fase de estagnação e de crise econômica, por sua vez, na medida em que seja ou não acompanhada por processos de reorganização industrial⁹, pode inclusive gerar desemprego numa proporção superior à queda do produto; de qualquer forma, sempre cria super-população relativa, "quer esta assuma a forma mais notável de repulsão dos trabalhadores, quer a menos aparente, mas não menos efetiva, de absorção dificultada da população trabalhadora adicional pelos canais costumeiros"¹⁰.

Além disso, quanto maior for a duração do período de crise econômica, maior será a dificuldade de reabsorção da força de trabalho tornada redundante tanto pela desaceleração da acumulação, quanto pelo aumento da composição orgânica do capital.

Desta forma, podemos concluir, junto com Marx, que o exército industrial de reserva representa "o pano de fundo sobre o qual a lei da oferta e da procura de mão-de-obra se movimenta", pois, na relação entre acumulação de capital e remuneração da força de trabalho, "a grandeza da acumulação é a variável independente (e) a grandeza do salário, a dependente"¹¹.

Neste processo, portanto, o capital "age sobre ambos os lados ao mesmo tempo": por um lado, a acumulação pode ampliar a demanda por força de trabalho, mesmo que sempre numa proporção menor em relação ao crescimento do capital; por outro, ao "liberar" trabalhadores via transformações sociais e econômicas associadas ao incessante movimento da modernização capitalista, multiplica sua oferta.

BIBLIOGRAFIA

- BERMAN, M.: *Tudo que é Sólido Desmancha no Ar - A Aventura da Modernidade*, SP, Cia. das Letras, 1986.
- CARDOSODE MELLO, J.M.: *O Capitalismo Tardio*, SP, Brasiliense, 1984.
- COUTINHO, M.: *Marx - Reprodução do Capital*, Texto p/ Discussão nº1, Campinas, IE/UNICAMP, 1991.

8 Embora seja mais comum o aumento do emprego com o crescimento econômico, não devemos descartar a possibilidade (muito concreta) de expansão fundada em transformações tecnológicas que até mesmo gerem desemprego. Veja-se a respeito, p. ex., OFFE, C.: *Capitalismo Desorganizado*, SP, Brasiliense, 1989, cap. 2.

9 Por exemplo, centralização de capitais via anexação dos menores e mais frágeis pelos maiores.

10 MARX, K.: *op. cit.*, p. 199

11 O conceito de exército industrial de reserva encerra um significado teórico muito mais abrangente: "uma decorrência e um fator da acumulação (que) consoma a subordinação (do trabalho ao capital) no que ela tem de dinâmico (...) como processo genérico de contraposição entre trabalho e riqueza objetivada", cf. COUTINHO, M.: *Marx Reprodução do Capital*, Texto p/ Discussão nº 1, Campinas, 1992, IE/UNICAMP, p. 24.

LANDES, D.S.: *The Unbound Prometheus - Technological Change and Industrial Development in Western Europe from 1750 to the Present*, Cambridge, Cambridge University Press, 1969.

OFFE, C.: *Capitalismo Desorganizado*, SP, Brasiliense, 1989.

OLIVEIRA, C.A.B.: *O Processo de Industrialização - Do Capitalismo Originário ao Atrasado*, Campinas, IE/UNICAMP, mimeo.

MARX, K.: *O Capital*, SP, Nova Cultural, 1985.

RICARDO, D.: *Princípios de Economia Política e Tributação*, SP Nova Cultural, 1985.

O PROCESSO DE TERCEIRIZAÇÃO NA INDÚSTRIA

Flávio Marcílio Rabelo¹

1 - INTRODUÇÃO

A idéia de terceirização adquiriu recentemente um grande destaque no meio empresarial brasileiro. Basta observar a quantidade de artigos publicados nos últimos meses nos principais jornais do país e o número de seminários realizados sobre este tema para se perceber o quanto a terceirização tem crescido em popularidade.

Como frequentemente acontece com fenômenos que despertam um interesse tão generalizado, a terceirização corre o risco de ser tratada superficialmente como uma panacéia para todos os males da economia, perdendo assim a capacidade de gerar uma renovação gerencial de maior substância na indústria brasileira.

O propósito deste artigo é recuperar as bases teóricas da concepção de terceirização, ou de descentralização industrial, como é mais frequentemente mencionada na literatura acadêmica. Além disso, pretende-se discutir algumas experiências importantes nesta área e apontar para algumas tendências particulares do caso brasileiro.

2 - A QUESTÃO DA DESCENTRALIZAÇÃO INDUSTRIAL

A crise dos anos sessentas apontou para os limites do sistema de produção em massa e levantou a hipótese de que a descentralização da atividade produtiva, apoiada em tecnologias que garantam uma maior flexibilidade, representa uma possibilidade de recuperação (Piore & Sabel, 1984). Nesse período, podemos citar duas alternativas empreendidas pelas corporações industriais, sobretudo norte-americanas: a conglomeração e a crescente multinacionalização da produção. A onda de fusões nos Estados Unidos, particularmente a partir dos anos oitentas, foi constante assunto de destaque nas revistas econômicas. As grandes empresas adotam a estratégia da diversificação para fazerem frente aos riscos crescentes do mercado (Penrose, 1959). O que ocorreu, contudo, foi que o resultado desse movimento traduziu-se muito mais em ganhos especulativos para certos grupos situados em posições privilegiadas, em termos de obtenção de informações, do que num melhor desempenho das corporações americanas. A conglomeração, então operada, não forneceu uma garantia contra os riscos, como se pensava inicialmente, já que a instabilidade não estava restrita a alguns mercados específicos, mas atuava no conjunto da economia mundial.

1 Professor do Departamento de Economia da Faculdade de Ciências Econômicas, Contábeis e Administrativas da Pontifícia Universidade Católica de Campinas - FCECA/PUCAMP. Doutorando do Industrial Relations Department da London School of Economics.

Já a estratégia da multinacionalização da produção, cujo melhor exemplo é a idéia do carro mundial, pode ser encarada como um substitutivo das grandes corporações para a falta de uma coordenação multinacional. Vários fatores obstaculizaram essa estratégia. Entre outros, observou-se que o controle de estoque e de qualidade da estratégia do carro mundial era bastante mais oneroso do que o sistema de gestão das empresas japonesas. A crescente instabilidade do mercado mundial prejudicou também esse movimento, já que num sistema onde parâmetros importantes, como a taxa de câmbio, estão sujeitos a variações acentuadas, torna-se muito difícil prever o impacto da concorrência externa e o nível da demanda mundial.

Colocava-se, assim, um duplo desafio para a indústria ocidental: (1) adotar uma política vigorosa de redução de custos, e, ao mesmo tempo, (2) mostrar a flexibilidade necessária para prosperar num clima de incerteza econômica.

Uma das saídas encontradas foi justamente a revalorização da chamada "produção artesanal" (craft-production). O convívio entre grandes empresas, produzindo mercadorias em massa, e pequenas, operando no estilo artesanal, não é novidade; as formas que essas relações assumem como resposta à crise atual é que constituem interessante objeto de estudo.

Anteriormente, a produção em base artesanal era aquela dirigida a mercados de demanda muito flutuante e que, portanto, não justificava a introdução de técnicas produtivas mais sofisticadas. A instalação de equipamentos dedicados, dado o seu alto preço, só é economicamente vantajosa quando a demanda do mercado situa-se num patamar elevado e estável, de forma que o equipamento possa auferir sensíveis reduções de custo. Essa automação rígida, por sua vez, não é acessível às pequenas empresas, de modo que estas viam-se tradicionalmente obrigadas ao uso de uma técnica produtiva mais atrasada. Está justamente aí o divisor de águas com a nova situação. O reviver da produção artesanal não está associado às técnicas produtivas ultrapassadas, mas, pelo contrário, é propulsionado pelo uso da automação flexível de base microeletrônica.

3 - O CASO DO NORTE DA ITÁLIA

Um exemplo importante em apoio às teses da descentralização industrial é o de algumas regiões do norte da Itália, notadamente a Emilia Romagna. O movimento de descentralização industrial aí verificado surgiu, inicialmente, como uma resposta das grandes empresas à agitação operária do início dos anos setentas (Piore & Sabel, 1984: 226). Tudo fazia crer, porém, que se tratava de uma estratégia transitória e que, depois de um certo tempo, essas empresas tornariam a centralizar a sua produção.

O que garantiu a sobrevivência e prosperidade das pequenas empresas, grande parte subcontratadas, que se originaram nesta conjuntura, foram as federações por elas constituídas. Essa ação conjunta facilitou um acesso independente aos mercados, do mesmo modo que foi importante para fomentar a inovação de produtos e processos.

Quatro fatores aparecem como fundamentais para o desenvolvimento deste processo: (1) a família estendida italiana; (2) a consideração do trabalho artesanal como uma atividade econômica distinta (isenta as pequenas firmas do pagamento de uma série de benefícios sociais e assegura uma flexibilidade no uso da mão-de-obra); (3) a existência de uma tradição mercantil ligando as províncias italianas aos mercados mundiais; e (4) a cooperação dos governos regionais.

Um interessante estudo sobre a região da Emilia-Romagna (Brusco, 1982) aponta para dois aspectos relevantes desta região: (1) o bom desempenho econômico recente quando comparado com o resto da Itália, e (2) a existência de uma estrutura produtiva com baixo grau de verticalização, sendo abundante o trabalho de subcontratação realizado por pequenas empresas. Formaram-se verdadeiros distritos industriais de pequenas empresas, agrupadas por tipo de produto. Esse sistema, ao contrário do que se pensa, não se restringe à produção de bens de consumo, mas está presente também em setores como a metal-mecânica. A região caracteriza-se, ainda, por uma grande flexibilidade no uso da mão-de-obra e pelo uso generalizado do mercado informal de trabalho.

Vale salientar de que foi justamente nos setores onde foi possível fragmentar o processo produtivo sem ter de apelar para uma tecnologia inferior que o processo de descentralização foi mais marcante (Brusco, 1982: 172). Isso quer dizer que quanto menores as economias advindas da integração vertical num setor, maiores as chances de aí se verificar uma descentralização da produção. No caso específico da Emili-Romagna o papel da organização dos artesãos e pequenos empresários foi também fundamental.

O tipo de organização industrial verificado na Emilia-Romagna tem ainda implicações importantes para o funcionamento do mercado de trabalho. A idéia básica é que quanto menor for o nível de integração vertical de um setor, menores serão os efeitos de uma crise em termos de desemprego. Para tanto, podemos adotar a hipótese de que os subcontratados dispõem de suficiente flexibilidade para alterarem sua produção de acordo com as flutuações da demanda. Dado isso, no caso de uma crise num setor específico onde a produção for bastante verticalizada, verificar-se-á um alto número de demissões entre as grandes empresas. Isso tenderá a gerar tensões no mercado de trabalho, não só pelo número de trabalhadores demitidos, mas também pela forte presença dos sindicatos. Já se o nível de integração for baixo, parte do impacto negativo será repassado às empresas subcontratadas. Essas, em vez de realizarem demissões na mesma proporção, podem trocar de clientela e, assim, protegerem-se da queda da demanda dos seus clientes tradicionais. Com isso, não só diminuirá bastante o número de trabalhadores demitidos, como essas demissões não irão provocar um conflito trabalhista tão agudo, uma vez que a atuação sindical nas pequenas empresas tende a ser menor.

4 - UM ESTUDO DE CASO DO BRASIL

Estudo realizado por este autor (Rabelo, 1989) envolvendo seis empresas prestadoras de serviços de usinagem na Região de Campinas (SP) apresenta alguns dados importantes para se pensar a experiência brasileira.

Primeiramente, o impacto da crise do início dos anos oitentas foi bem menos significativo para essas empresas do que para o conjunto do setor mecânico. Em algumas delas, o volume de emprego quase não foi afetado pela conjuntura recessiva. Isso poderia vir a confirmar a hipótese levantada anteriormente a respeito da influência positiva de redes de subcontratação sobre o volume de emprego, frente a um quadro recessivo.

Em termos de origem, o processo mais comum é aquele em que o operário mais especializado tem uma idéia do tipo de serviços dos quais a empresa necessita e monta então uma empresa justamente para ocupar esse espaço de mercado. A empresa de origem, muitas vezes incentiva esse processo, desejando diminuir o seu grau de verticalização. A trajetória desses empresários não é muito diferente daquela dos empreendedores do norte da Itália descritos nos

trabalhos de Brusco e de Piore e Sabel. Criam-se situações onde o operário especializado sente-se incentivado a trabalhar por conta própria e o ambiente concorrencial favorece o florescimento desses empreendimentos.

A pesquisa constatou ainda um arrojado esforço de modernização entre essas pequenas empresas. Esses esforços, contudo, lhes é bastante oneroso já que inexistem políticas governamentais específicas que facilitem a aquisição de novos equipamentos para as pequenas empresas. Observou-se entre as empresas, significativos investimentos na aquisição de máquinas-ferramentas de comando numérico e nos sistemas de programação dessas máquinas. A capacidade instalada dessas empresas, com destaque para o nível de modernização dos equipamentos, determina em boa média o tipo e o volume de encomendas que ela irá receber. A principal motivação dessas empresas para introduzirem as máquinas com comando numérico está ligada ao incremento de qualidade de seus produtos, para poderem assim adequar-se aos requisitos exigidos pelos clientes.

5 - CONCLUSÕES

Os dados apresentados na seção anterior apontam para a possibilidade de experiências bem sucedidas de terceirização no país. Embora ainda em estado incipiente, foi possível observar um esforço das pequenas empresas para atingir um nível de qualidade adequado aos padrões de concorrência vigentes nos mercados onde atuam seus grandes clientes.

Esse esforço é mais custoso no caso brasileiro dado que o Estado não fornece aqui um amparo comparável ao verificado no caso italiano. Falta pensar uma estrutura tributária e previdenciária específica para as micro e pequenas empresas. Formas mais flexíveis do uso da mão-de-obra também precisam ser estudadas para facilitar o processo de capacitação das pequenas empresas.

Outra área importante que precisa ser desenvolvida no país é o de atividades cooperativas entre as micro e pequenas empresas, dado o peso que as federações apresentaram no sucesso do processo italiano. Mais ainda, uma verdadeira parceria entre as grandes empresas e as micro e pequenas é essencial para garantir a viabilidade da terceirização. No momento, ainda predomina uma relação um tanto conflituosa, agudizada pela gravidade da crise econômica, onde a grande empresa está mais preocupada em garantir um preço menor do seu fornecedor, do que em discutir condições realistas para a execução de um serviço dentro dos padrões de qualidade e prazos convenientes para ambos.

BIBLIOGRAFIA

- Brusco, S., "The Emilian model: productive decentralisation and social integration, *Cambridge Journal of Economics*, 6: 167-184, 1982.
- Penrose, E., *The Theory of the Growth of the Firm*, Oxford, Basil Blackwell, 1959.
- Piore, M., & Sabel, C., *The Second Industrial Divide*, New York, Basic Books, 1984.
- Rabelo, F.M., "Automação, Estrutura Industrial e Gestão da Mão-de-Obra: O Caso da Introdução das Máquinas-Ferramentas com Comando Numérico na Indústria Metal-Mecânica", Dissertação de Mestrado, Campinas, Instituto de Economia - UNICAMP, 1989.

PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DE CAMPINAS

Grão-Chanceler

Dom Gilberto Pereira Lopes

Magnífico Reitor

Prof. Gilberto Luís Moraes Selber

Vice-Reitor para Assuntos Administrativos

Prof. Alberto Martins

Vice-Reitor para Assuntos Acadêmicos

Prof. Pe. José Benedito de Almeida David

Diretor da Faculdade de Ciências Econômicas, Contábeis e Administrativas

Prof. José Geraldo Souza Carreira

Vice-Diretor da Faculdade de Ciências Econômicas, Contábeis e Administrativas

Prof. José Homero Adabo

CONSELHO REGIONAL DE ECONOMIA 2ª REGIÃO - SÃO PAULO SINDICATO DOS ECONOMISTAS NO ESTADO DE SÃO PAULO

Os economistas - e estudantes de economia - de Campinas e região podem desfrutar do amplo espaço de nossa Delegacia Regional e toda a programação em desenvolvimento para 1993.

Neste ano pretendemos dar novos passos, avançando com nosso compromisso de valorização profissional.

Vários produtos estão à sua disposição em nossa regional - venha conhecê-los!

DELEGACIA REGIONAL DE CAMPINAS
Corecon - Sidecon
Av. Imperatriz Leopoldina, 80 - 1º e 2º andares
horário - das 9 às 19 horas
Tel.: (0192) 42-3142

